



REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

ISSN: 1980-8585

ISSN: 2237-9843

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios

Marinucci, Roberto

L'invasione immaginaria. L'immigrazione oltre i luoghi comuni

REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana,

vol. 28, núm. 58, 2020, Janeiro-Abril, pp. 259-262

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios

DOI: 10.1590/1980-85852503880005816

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407063191016>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

L'INVASIONE IMMAGINARIA. L'IMMIGRAZIONE OLTRE I LUOGHI COMUNI

The Imaginary invasion. Immigration beyond commonplaces

AMBROSINI, Maurizio. Napoli: Bari-Roma, 2020, 171p.

Roberto Marinucci*

"L'invasione immaginaria. L'immigrazione oltre o luoghi comuni", de Maurizio Ambrosini, professor da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Milão, é um valioso ensaio para a compreensão das dinâmicas das migrações contemporâneas, com foco nos contextos da União Europeia, em geral, e da Itália, especificamente. O livro, dividido em seis capítulos, aborda diferentes temáticas, como os dados estatísticos do fenômeno migratório, os fatores que impulsionam os deslocamentos, a seletividade das fronteiras, os impactos econômicos, os desafios nos núcleos familiares e, no último capítulo, as políticas migratórias.

Como o próprio título revela, o livro tem como principal objetivo promover um conhecimento mais objetivo e aprofundado sobre as migrações. De fato, segundo Ambrosini, na atualidade, a questão migratória tende a ser interpretada a partir de percepções emotivas, mecanismos de generalização, fatos de crônica pontuais alardeados por manchetes sensacionalistas da imprensa, interesses políticos e eleitorais. Em vez disso, para o autor, a temática deveria ser abordada com base em sólidos estudos que ressaltem a complexidade e a diversificação no que diz respeito ao tamanho, à tipologia, às causas e aos impactos nos diferentes âmbitos. Tal conhecimento é necessário tanto para desmistificar a crença na "invasão migratória", quanto para proporcionar argumentos sólidos para quem se solidariza com pessoas migrantes e refugiadas.

O primeiro capítulo é paradigmático. Utilizando dados estatísticos sobre migrações em nível mundial, europeu e, sobretudo, italiano, o autor desmonta a ideia da invasão. De fato, as estatísticas mostram que as pessoas imigradas,

* Editor-chefe da revista REMHU, Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM). Brasília - DF, Brasil. E-mail: remhu@csem.org.br. Orcid: 0000-0002-2042-2628.

que vivem na UE e na Itália, são prevalentemente brancas, europeias, do sexo feminino e de tradição cristã (católica, protestante ou ortodoxa). O que já derruba numerosos estereótipos. Na realidade, o que gera temor e reação não é tanto a alteridade das pessoas migrantes, mas a pobreza. O problema é a aporofobia. O *immigrato* é apenas o estrangeiro pobre. A riqueza embranquece (*la ricchezza sbianca*), diz Ambrosini. Enfim, a distorcida visão mediática focada no limitado fenômeno dos salvamentos no Mediterrâneo se torna símbolo de uma ilusória invasão incontrolada e caótica, o que influencia tanto o reduzido “reconhecimento social” de seus protagonistas por parte da população nativa, quanto a abordagem política e legislativa.

O segundo capítulo aborda a questão dos fatores que induzem as migrações. O autor parte de um ditado muito comum na Itália: *aiutiamoli a caso loro*. A expressão é utilizada por setores sovranistas e xenófobos para tentar conciliar políticas migratórias restritivas e, por vezes, violentas, com um suposto interesse em promover direitos humanos das pessoas em mobilidade. A lógica é: não admitimos migrantes pobres em nosso território, mas os auxiliamos em seus países de modo tal que não precisarão emigrar. Diante desse argumento Ambrosini desmonta o lugar-comum do nexo determinístico entre migração e pobreza: de fato, os que emigram para Itália não são os indivíduos mais pobres oriundos dos países mais pobres; assim sendo, as ajudas ao desenvolvimento, ainda que eticamente auspiciáveis, não podem imediatamente estancar os ingressos. A migração é um fenômeno seletivo, que exige capital humano, social e financeiro. Não é por acaso que a grande maioria dos solicitantes de refúgio, que geralmente “fogem” às pressas de suas terras, não chegam à Europa e muito menos à Itália.

O terceiro capítulo verte sobre o tema das fronteiras e das barreiras, físicas e simbólicas, que geram sistemas seletivos de admissão caracterizados pelas assim chamadas três “P”: *Passaporti, Portafogli e Professioni* (passaportes, carteiras e profissões). A seletividade das fronteiras está relacionada ao país de origem, às disponibilidades econômicas (o *ius pecuniae* embranquece e desnacionaliza!) e, sobretudo, à capacidade de se encaixar em segmentos deficitários do mercado de trabalho. Essa seletividade diz também respeito ao contexto interno e local, com um conjunto de dispositivos de discriminação que, de fato, alimentam uma “integração subordinada” (*integrazione subalterna*): há espaços socioeconômicos para os estrangeiros e outros para os nativos. Por outro lado, Ambrosini destaca também o profundo e capilar trabalho de organizações da Sociedade Civil e de grupos informais engajados em busca de uma inclusão cidadã das pessoas migrantes. Com efeito, o tema da imigração se tornou um espaço de luta simbólica de projetos antagônicos de sociedade.

No quarto e quinto capítulos Ambrosini se debruça sobre a questão econômica e familiar, respectivamente. O autor defende uma correlação entre dinamismo econômico e ocupação das pessoas migrantes, aportando numerosos argumentos. De forma análoga a Canales (2019), defende a necessidade do trabalho migrante para reprodução e sustentação da economia nacional e, ao mesmo tempo, aponta vários mecanismos e empecilhos que, de fato, dificultam a mobilidade social de migrantes de primeira e segunda geração. Com efeito, a inserção no mundo do trabalho é marcada pela funcionalidade (aceitação de trabalhos rejeitados pelos nacionais) e pela injustiça (integração subordinada). No que diz respeito à família, Ambrosini ressalta como a reunificação familiar continua sendo o primeiro motivo de ingresso no país. Entre os numerosos desafios apontados, o autor destaca o *gap* entre os direitos familiares dos nacionais e aqueles dos estrangeiros; os desafios das famílias transnacionais, sobretudo das maternidades transnacionais; o papel econômico e simbólico das remessas; os impérvios caminhos de integração da juventude migrante. A questão familiar é essencial a fim de promover uma integração efetiva e justa dos migrantes. Não é por acaso que a passagem da migração por trabalho à migração por reunificação familiar está aumentando as reações por parte dos segmentos mais nacionalistas e sovranistas.

O último capítulo do livro aborda a questão das políticas migratórias na Itália, com um histórico de sua evolução até o atual 2º governo Conte. Ambrosini realça o caráter ineficaz, ilusório, violento e discriminatório das políticas adotadas, que, de fato, estão produzindo apenas o aumento do número de migrantes “irregulares” e sem nenhuma proteção no território. O que só pode prejudicar a coesão social. Mas há soluções? O autor aponta várias: uma governança supranacional e focada nas diferentes tipologias migratórias; os programas de recolocação (*reinsediamento*), especialmente na UE; os corredores humanitários; a revisão dos acordos de Dublin; a abertura dos canais de imigração por trabalho; o fim das políticas de externalização de fronteiras(*outsourcing*), entre outras.

Enfim, em sua tarefa de derrubar mitos e clichês, Ambrosini destaca a “seletividade” que caracteriza o fenômeno migratório contemporâneo. Uma seletividade que diz respeito não apenas às pessoas que possuem o capital humano, social e econômico suficiente para usar o deslocamento geográfico como recurso, mas, sobretudo, às políticas migratórias: tanto as *políticas de admissão*, com a seletividade das fronteiras físicas e simbólicas, quanto as *políticas de integração*, com a seletividade do acesso a direitos. Há, de fato, uma “*integrazione subalterna*”, que consiste em uma “*tacita gerarchizzazione della società, in cui gli immigrati trovano un posto e una corrispondente accettazione soltanto mettendosi in coda dietro gli italiani*”. A grande ilusão, talvez, seja acreditar que o objetivo das políticas migratória restritivas seja

eliminar a presença das pessoas migrantes, quando, na realidade, é apenas o de gerar sua “deportabilidade” (De Genova, 2002), de modo a estabelecer uma hierarquização da sociedade e reproduzir *in loco* as relações de dominação colonial. Ambrosini, a este propósito, propõe uma mudança de perspectiva: a passagem de uma visão patológica da migração, como se fosse produto de uma anomalia, para uma visão da migração como um recurso que pode favorecer todos os sujeitos envolvidos.

Referências bibliográficas

- CANALES, Alejandro. La centralidad de las migraciones en la reproducción de las sociedades avanzadas. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 27, n. 57, p. 101-121, Dec. 2019.
- De GENOVA, Nicholas. Migrant “illegality” and deportability in everyday life. *Annu. Rev. Anthropol.*, n. 31, p. 419-447, 2002.